



67

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0003663-21.2014.8.17.0000 (0332639-4)

IMPETRANTE: Rivaldo Pereira Lima (OAB/PE 24.786)

PACIENTE: João Severino da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE APREENDIDA. PERSONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86 DO TJPE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RAZOABILIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Mostra-se legítima a segregação cautelar do Paciente visando resguardar a ordem pública quando as circunstâncias da prisão revelam a gravidade concreta da conduta e a sua periculosidade social, sobretudo se consideradas a quantidade e diversidade de droga apreendida (05 (cinco) invólucros de plástico transparente contendo “maconha” e 36 (trinta e seis) invólucros de papel alumínio contendo “crack”), bem como a personalidade delitiva do agente que responde a outras ações penais na mesma comarca, inclusive por tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico;
2. Irrelevância das alegadas condições pessoais favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória, nos termos da súmula 86 deste TJPE;
3. Os prazos processuais não podem ser contados de forma rígida e aritmética, pois, como é cediço na jurisprudência e doutrina pátrias, o princípio da celeridade do processo penal caminha ao lado do princípio da razoabilidade, a ponto de que as ações penais devem ser céleres, mas nos limites da duração razoável dos atos do processo;
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* n° 0003663-21.2014.8.17.0000 (0332639-4), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de maio de 2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0003663-21.2014.8.17.0000 (0332639-4)

IMPETRANTE: Rivaldo Pereira Lima (OAB/PE 24.786)

PACIENTE: João Severino da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, com pleito liminar, impetrada pelo Advogado Rivaldo Pereira Lima, em favor de João Severino da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Juíza de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão/PE, juízo perante o qual o Paciente responde ao processo de NPU 0004680-12.2013.8.17.1590.

Noticia o Impetrante que o Paciente está recolhido preventivamente no Presídio de Vitória de Santo Antão/PE por ter supostamente praticado o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, capitulado no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006.

Em apertada síntese, alega que o Paciente sofre coação ilegal em sua liberdade de locomoção, porquanto, apesar de possuir condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória (primário, com residência fixa e ocupação lícita) e não haver elementos hábeis a demonstrar a necessidade de sua segregação cautelar, foi mantido no cárcere com base tão somente nos depoimentos colhidos em sede policial.

Aduz, ainda, que há excesso de prazo na formação da culpa, pois o Paciente está preso preventivamente desde o dia 28/09/2013 e, até a presente data, não foi sequer interrogado em Juízo e não foi designada data para a continuação da instrução e julgamento.

Argumenta, por fim, que a Defesa não contribuiu para o retardo na instrução criminal.

Diante do exposto, requer, liminarmente, a revogação do decreto de prisão preventiva exarado em desfavor do Paciente, tendo em vista a falta de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

fundamentação e o latente excesso de prazo, expedindo-se, para tanto, o competente alvará de soltura em seu favor.

No mérito, pugna pela concessão da presente ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/27.

Pleito liminar indeferido às fls. 34/36.

Às fls. 43/44 consta o ofício nº 09/GJ/2014, através do qual a autoridade apontada coatora prestou as informações solicitadas, acompanhadas dos documentos processuais de fls. 45/49.

Instruídos, foram os autos com vista à Douta. Procuradoria de Justiça que, em parecer da lavra da Dr^a Judith Pinheiro Silveira Borba, opinou pela denegação da ordem (fls. 53/56).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,

Conforme o exposto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, o qual almeja a revogação de sua prisão preventiva em virtude da alegada falta de fundamentação e do suposto excesso de prazo na formação da culpa.

Extrais-e da exordial acusatória (fls. 07/09) que no dia 28 de setembro de 2013, por volta das 10h40min, em Dois Terreiros, no Município de Vitória de Santo Antão/PE, **João Severino da Silva**, ora Paciente, foi flagrado por policiais militares trazendo consigo e expondo à venda mercadoria pericialmente constatada como porções de “maconha” e de “crack”, prontas para serem entregues a consumo alheio, conforme laudo de constatação preliminar constante às fls. 29 e 31 da ação penal objeto deste *mandamus*.

Consta da denúncia que ao avistarem os policiais, João Severino da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Silva, conhecido como “LIPE” e Ednaldo Carvalho de Santana, que se encontravam no quintal da residência localizada no nº 205 da Rua das Castanholas, Vitória de Santo Antão/PE, tentaram empreender fuga, sendo perseguidos e capturados. No momento da fuga, João Severino teria jogado um objeto no chão, **no qual continha 05 (cinco) invólucros de plástico transparente contendo “maconha” e 36 (trinta e seis) invólucros de papel alumínio contendo “crack”**. Durante a abordagem policial foi encontrada no bolso da bermuda de João Severino a quantia de R\$ 109,00 (cento e nove reais) e 01 (um) aparelho celular G1 MORE, de cor preta.

Consta, também, que, indagado sobre o material apreendido, João Severino assumiu que estava vendendo “maconha” e “crack”, o que foi corroborado por Marcones Davi dos Santos e Ednaldo de Santana, os quais afirmaram ter passado a noite bebendo e cheirando “cocaina” juntamente com João Severino, e que a referida droga tinha sido por ele fornecida.

Diante desses fatos, **o Parquet denunciou João Severino da Silva, como incurso nas sanções previstas no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes).**

Nas informações de fls. 43/44, a Magistrada singular noticia que o Paciente foi preso em flagrante delito em face da suposta prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, sendo essa prisão convertida em preventiva em sede de plantão judiciário. Posteriormente, analisando pleito de liberdade formulado pela Defesa do Paciente, manteve a sua segregação cautelar.

Relata, Sua Excelência, que, apresentada a defesa prévia, foi a denúncia recebida e designada audiência de instrução e julgamento, estando o feito aguardando a realização do referido ato processual.

Pois bem.

A liberdade, não se pode olvidar, é a regra em nosso ordenamento constitucional, somente sendo possível sua mitigação em hipóteses estritamente necessárias.

Todavia, a prisão de natureza cautelar não conflita com a presunção de inocência quando devidamente fundamentada pelo Magistrado a sua necessidade,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

tal como ocorre no caso em análise, em que o Juízo plantonista, entendendo provada a materialidade delitiva e presentes os indícios suficientes de autoria – consubstanciados pelo Laudo de constatação preliminar e pelos depoimentos constantes do Auto de Prisão em Flagrante Delito (fls. 11/19) – converteu a prisão em flagrante do Paciente em preventiva sob o fundamento da garantia da ordem pública.

A propósito, citem-se trechos da referida decisão (fls. 59/61):

“(…). A conduta criminosa supostamente cometida pelo acusado concretamente obstaculiza a garantia da ordem pública (um dos fundamentos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a conversão em prisão preventiva) e está levando à ruína milhares de jovens e suas famílias, sendo do conhecimento geral da sociedade o esforço das instituições públicas para dar um ferio em tal situação.

(...). Afasto, também, na hipótese, como já dito acima, a possibilidade de aplicação de quaisquer medidas cautelares dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal (com a nova redação imposta pela Lei nº 12.403/2011), por entendê-las inadequadas à gravidade do crime, às circunstâncias do fato – acusado preso tendo em sua posse drogas de alto poder destrutivo (...).” (destaques acrescidos)

Posteriormente, analisando pleito de liberdade formulado pela Defesa do Paciente, a Magistrada singular manteve a medida extrema por entender hígidos os fundamentos constantes do decreto de prisão preventiva, conforme se verifica da decisão de fls. 45/46.

De fato, a gravidade concreta da conduta imputada ao Paciente (tráfico ilícito de entorpecentes), revelada pela quantidade e diversidade de substância entorpecente apreendida em sua posse **(05 (cinco) invólucros de plástico transparente contendo “maconha” e 36 (trinta e seis) invólucros de papel alumínio contendo “crack”)**, bem como pelas circunstâncias da prisão **(acusado que ao avistar a polícia tentou se evadir do local, sendo necessário o uso da força para contê-lo, conforme depoimento de fls. 11/12)**, ampara, de forma suficiente, a segregação cautelar como forma de resguardar a ordem pública.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Comungando do mesmo entendimento, manifestou-se a Douta. Procuradoria de Justiça (f. 53):

“(…), vejo que há fundamentos para a decretação da prisão preventiva do paciente, flagrado portando e comercializando drogas, estando a materialidade e autoria satisfatoriamente evidenciadas, inclusive pelo que consta da denúncia, havendo a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública. Acrescente-se que nunca é bom esquecer que já se admite a utilização do princípio da confiança em casos como o destes autos, pois é na realidade local e com base em todo o processo que tem em mão que o magistrado está abalizado para tomar a decisão mais acertada para o caso concreto”.

Destaque-se, ainda, que, além do material entorpecente, foram apreendidos em poder do Paciente a quantia de R\$ 109,00 (cento e nove reais), em espécie, e um aparelho celular, no qual, segundo depoimento de f. 11, houve uma ligação de pessoa identificada como Reginaldo Nascimento Melo pedindo que o acusado levasse para ele 02 (duas) pedras de “crack”, tudo a indicar que o mesmo se dedica à vida delituosa, mais precisamente à mercancia de entorpecentes.

Ademais, de acordo com consulta ao sítio eletrônico deste TJPE, constatou-se que o Paciente responde a outras ações penais perante a Comarca de Vitória de Santo Antão/PE - **processos de NPU 0001993-62.2013.8.17.1590 (artigo 309 da Lei nº 9503/1997), 0000004-55.2012.8.17.1590 (artigo 147 e 163, § único, inciso IV, ambos do Código Penal c/c Lei. 11.340/2006), 0003855-73.2010.8.17.1590 (artigo 306 do Código de Trânsito Nacional e 330 do Código Penal), 0004295-69.2010.8.17.1590 (artigo 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006)** – peculiaridade que revela indícios de sua contumácia delitiva e da concreta possibilidade de reiteração criminosa acaso posto em liberdade.

Logo, necessária a segregação cautelar à garantia da ordem pública, hipótese autorizadora constante do artigo 312 do Código de Processo Penal, é despiciendo o Paciente possuir condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, atributos que, aliás, não restaram sequer comprovados *in casu*.

Nesse sentido, colaciono enunciado da súmula 86 deste TJPE:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

“As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”. (destaquei)

Justiça¹: Acerca da matéria, confira-se precedente do Superior Tribunal de

"HABEAS CORPUS" SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. POSSE DE 13 PORÇÕES DE "CRACK". CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.

1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do "habeas corpus" e não mais o admitem como substitutivo de recursos e nem sequer para as revisões criminais.
2. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do paciente no tráfico de entorpecentes, diante das circunstâncias da prisão e dos entorpecentes apreendidos (13 porções de "crack"), além de quantia em dinheiro, tudo a evidenciar dedicação à vida delituosa, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.
3. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis. (destaquei)
4. "Habeas corpus" não conhecido por ser substitutivo do recurso cabível.

No que tange ao suposto excesso de prazo na formação da culpa, sabe-se que os prazos processuais não podem ser contados de forma rígida e aritmética, pois, como é cediço na jurisprudência e doutrina pátrias, o princípio da celeridade do processo penal caminha ao lado do princípio da razoabilidade, a ponto de que as ações penais devem ser céleres, mas nos limites da duração razoável dos atos processuais.

¹ HC 292.081/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 27/05/2014.6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

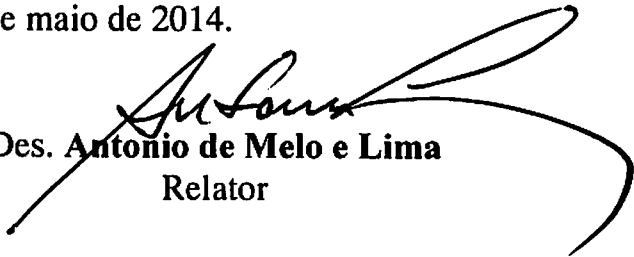
Por outro lado, vê-se do andamento processual constante no *site* deste TJPE que o processo segue o seu trâmite, estando com denúncia recebida e **audiência de instrução e julgamento redesignada para o dia 04/06/2014**, tendo em vista a impossibilidade de realização do referido ato na data aprazada, 15/05/2014, na qual, em face da greve da Polícia Militar, foi determinado pelo Presidente deste Tribunal o encerramento do expediente forense às 12h, conforme termo de audiência acostado à f. 64.

Dessa forma, estando a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 04/06/2014, data bastante próxima, na qual provavelmente serão ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, bem como interrogado o réu, não é aconselhável, neste momento, a concessão da liberdade ao Paciente, haja vista a necessidade de garantir a ordem pública constantemente abalada pela sua contumácia no cometimento de crimes.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator